

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – Conflito de Interesses. Noções Preliminares acerca da Terminologia. Formas Homogêneas e Heterogêneas de Composição...	7
1. Bem e interesse. Etimologia. Conceito. A concepção econômica e jurídica	7
1.1. Direito objetivo e subjetivo. Pretensão. Análise terminológica.....	10
1.2. O denominado conflito de interesses e as respectivas formas de resolução extrajudicial: autotutela, renúncia, sujeição e transação	15
1.3. Notas sobre a conciliação e a mediação. A denominada justiça multiportas. Aspectos formais na atualidade brasileira. A Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 e os artigos 3º, §§ 2º e 3º; 165 e 334, § 8º, do Código de Processo Civil. Leis nº 13.663, de 14 de maio de 2018 e nº 13.867, de 26 de agosto de 2019.....	29
1.4. Considerações sobre o juízo arbitral: jurisdição contratual e de equidade. A Convenção de Nova York. A Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e o respectivo Diploma Legal alterador: Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015. O Projeto de Lei nº 3293/2021	38
Capítulo II – A Consistência da Atividade Judicial Pacificadora. A Jurisdição	57
2.1. Considerações preliminares acerca da proeminência da jurisdição. Escorço histórico	57
2.2. A natureza jurídica da jurisdição	70

2.3. Características da jurisdição	76
2.4. Dos princípios constitucionais regentes da jurisdição	81
2.5 Dos poderes inerentes à jurisdição.....	98
2.6. A denominada classificação da jurisdição. Critérios de análise da atividade jurisdicional. Panorama epistemológico.....	106
2.7. Considerações sobre a atividade notarial	126
2.8. Competência. Conceito. Natureza jurídica. O princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> . Etimologia. A prevenção do juízo. Critérios de determinação da competência. Hipóteses de modificação da competência	130
Capítulo III – Da Ação	157
3.1. Ação. Conceito e natureza jurídica. Escorço histórico. A deno minada teoria clássica ou imanentista e as demais teorias. Abor dagem sob o prisma romanístico	157
3.2. Análise do direito de ação sob o inarredável fundamento constitucional. O acesso à justiça e o direito de ação. Uma fundamental distinção epistemológica.....	182
3.3. Princípios aplicáveis ao exercício da ação: voluntariedade, demanda, dispositivo, boa-fé e lealdade processual. Esclarecimento de ordem terminológica	188
3.4. As denominadas <i>condições</i> da ação. Requisitos de caráter processual segundo a doutrina contemporânea. Teorias da asserção, da exposição e teoria mista	200
3.5. A demanda e a respectiva instrumentalização. A estrutura da petição inicial.....	220
3.6. Cumulação de ações (pedidos).....	240
3.7. Cumulação de ações (pedidos). Modalidades.	243
3.8. Concurso de ações (pedidos).....	249

3.9. Classificação das ações. Critérios. Panorama epistemológico.....	255
3.10. Notas sobre o provimento jurisdicional cautelar. Estudo intertemporal. A estrutura do Código de Processo Civil de 2015. Estudo comparativo com o revogado Diploma Legal de 1973. O direito processual civil cautelar na expressão de Galeno Lacerda.....	280
3.11. Preliminares considerações acerca da denominada fase de execução ou de cumprimento de sentença e a ação de execução fundada em título extrajudicial. Distinção procedimental	290
Capítulo IV – Do Processo.....	303
4.1. O processo judicial. Conceito e natureza jurídica. Princípios constitucionais e infraconstitucionais regentes do direito processual civil. Processo e procedimento. Distinção terminológica.....	304
4.2. Principiologia	308
4.2.1. Dos princípios constitucionais regentes do processo	308
4.2.2. Dos princípios processuais infraconstitucionais	313
4.3. Da lei processual. Aplicação no tempo e no espaço.....	332
4.3.1. Da aplicação da lei processual no tempo	332
4.3.2. Da aplicação da lei processual no espaço.....	337
4.4. Processo e procedimento. Distinção terminológica	340
4.5. Instauração, formação, suspensão e extinção do processo. Generalidades	345
4.5.1. Instauração do processo	345
4.5.2. Formação do processo	347

4.5.3. Suspensão do curso do processo. Causas geradoras segundo o disposto no artigo 313 do Código de Processo Civil	350
4.5.4. Extinção do processo	359
4.6. Da constituição subjetiva do processo. O juiz como elemento central e proeminente da relação processual. As partes. Significado. Pressupostos subjetivos de existência e validade (elementos subjetivamente constitutivos do processo). O juiz monocrático	362
4.7. Das partes. Conceito. Extensão terminológica	371
4.7.1. Da legitimação extraordinária	375
4.7.2. Do litisconsórcio	378
4.7.3. Da intervenção de terceiros. Aspectos conceituais. Modalidades.....	391
4.7.4. Assistência. Admissibilidade procedimental. Modalidades. Assistência e coisa julgada.....	393
4.7.5. Denúnciação da lide. A denominada ação de garantia	400
4.7.6. Chamamento ao processo.....	405
4.7.7. Desconsideração da personalidade jurídica (<i>disregard doctrine</i>).....	409
4.7.8. <i>Amicus curiae</i>	413
4.7.9. Ministério Público. Atuação no âmbito processual civil	418
4.8. Dos atos judiciais: despacho, decisão interlocutória, sentença e acórdão	427
4.9. Dos prazos. Noção geral.	439
4.10. O processo de conhecimento e suas fases	446

4.11. O procedimento. Modalidades segundo o macro sistema processual civil brasileiro	454
4.12. Do provimento jurisdicional de natureza cautelar. Propedêutica. Pressupostos: <i>fumus boni iuris et periculum in mora</i>	457
Capítulo V – Dos Juizados Especiais Cíveis. Notas Introdutórias	461
5.1. Dos Juizados Especiais Cíveis. Considerações preliminares	461
5.2. Conceito e Principiologia.....	461
5.3. A competência concorrente dos Juizados Especiais Cíveis.....	469
5.4. Os Juizados Especiais Cíveis e seus Atores institucionais.....	470
5.5. Recorribilidade.....	478
5.6. Execução.....	480
Capítulo VI – Dos Recursos. Teoria Geral	491
6.1. Introdução. Conceito. Etimologia. Objeto. Natureza jurídica.....	491
6.2. Dos requisitos prévios de admissibilidade	500
6.3. Dos requisitos prévios de admissibilidade intrínsecos e extrínsecos.....	501
6.4. Dos princípios condutores da recorribilidade	507
6.5. Dos recursos em espécie nos tribunais de origem. Apelação e agravo de instrumento.	521
6.6. Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Notas introdutórias. Conceito. Objeto. Finalidade	537
6.7. Da interposição do Recurso Especial e o juízo negativo de admissibilidade exercido no Tribunal de origem	542
6.8. Recurso Extraordinário. Conceito e juízo de admissibilidade...	545

Capítulo VII – Considerações sobre a Coisa Julgada.....	551
7.1. Introdução. Aspectos conceituais	551
7.2. A denominada coisa julgada formal.....	557
7.3. A denominada coisa julgada material.....	558
Capítulo VIII – Notas sobre a Ação Rescisória	573
Capítulo IV – Execução	591
9.1. Introdução. Etimologia. Conceito e natureza jurídica.....	591
9.2. Objeto e requisitos do título	602
9.3. Modalidades. Título executivo judicial e extrajudicial.....	609
9.4. Princiologia condutora da execução	614
9.5. Dos meios de defesa assegurados ao devedor (meios desconstitutivos da eficácia do título que embasa a execução). Impugnação. Embargos à execução. Objeção e exceção à executividade	627
9.6. Algumas considerações acerca da recorribilidade na execução	640
Considerações finais.....	649
Bibliografia.....	651